
Programa de Governo 2013 -2016

Município de Vitória
Espírito Santo
Brasil

PREFEITA: IRINY NICOLAU CORRES LOPES - PT
VICE: JUAREZ GONÇALVES VIEIRA - PSB

Julho de 2012

Coligação: Mais Vitória Pra Você
Partidos coligados: PT, PSB, PC do B, PRB, PSD, PV

1- INTRODUÇÃO

O Partido dos Trabalhadores e seus aliados governam o município de Vitória há mais de sete anos e, nesse período, a cidade passou por transformações significativas, que mudaram para melhor a vida de seus moradores.

São dois mandatos consecutivos de uma administração pautada pela democracia, pela participação popular e pela transparência. Administração que soube construir sólidas parcerias com os governos Estadual e Federal e orientou suas ações pela defesa da vida e respeito aos direitos humanos, sempre buscando um desenvolvimento inclusivo e ambientalmente responsável.

Os números, balanços e prestações de contas comprovam que foram cumpridos em sua quase totalidade os compromissos assumidos nas campanhas de 2004 e 2008. Mais do que isso, em muitas áreas, a administração foi além dos compromissos assumidos.

Sob quaisquer aspectos, qualitativos ou quantitativos, esses anos de administração democrática e popular foram muito superiores a gestões que nos antecederam.

Construímos um presente melhor e preparamos o futuro a partir de bases muito superiores as que encontramos em 2005.

Hoje, Vitória está preparada para um salto de qualidade que elevará a um patamar ainda mais elevado o desenvolvimento municipal.

E, como fizemos até aqui, vamos empreender essa nova etapa combinando sempre crescimento econômico com inclusão social, respeito ao meio ambiente, democracia, transparência e rigor absoluto no trato da coisa pública.

2- UM BREVE BALANÇO

Antes de avançar na construção de propostas para o futuro, torna-se fundamental um balanço sintético do que foi realizado nesses mais de sete anos de governo. Afinal, as conquistas de hoje darão a base para as realizações de amanhã.

A questão democrática

Participação popular e controle social são conquistas obtidas a partir de demandas dos movimentos sociais e de outros setores da sociedade, organizados na luta por direitos e melhores condições de vida. A Constituição Federal de 1988, marco dessas conquistas democráticas, estabelece os princípios de participação da sociedade na elaboração, gestão e controle social das políticas públicas. É importante lembrar que, antes de 1988, o Estado brasileiro exercia medidas de controle sobre a sociedade, mas não existiam instrumentos que permitissem à sociedade controlar as ações do Estado.

Desde as primeiras experiências de governos municipais eleitos ainda na década de 1980, as gestões populares e democráticas são reconhecidas por implementarem canais institucionais de participação, introduzindo novas formas de relação entre governo e sociedade, ao adotarem a prática de diálogo com os movimentos sociais, historicamente excluídos dos processos de decisões.

O mérito dessas administrações foi reconhecer que a sociedade tem o direito de participar ativamente, assumindo suas responsabilidades, na construção de uma gestão ética, democrática e eficiente. Por isso, todos esses governos investiram na ampliação dos espaços de participação cidadã, pois a sociedade se reconhece naquilo que ajudou a construir.

Este é o sentido que pauta todas as ações e resultados aqui relatados, e que definiu um modelo de gestão que procurou corresponsabilizar os moradores pelo destino da cidade, com investimentos na organização, reorganização e fortalecimento dos fóruns de participação popular.

Assim, as Gestões 2005/2008 e 2009/2012 criaram 9 novos conselhos setoriais e outros 10 passaram por reformulação. Vitória conta hoje com 26 conselhos de políticas públicas em funcionamento.

Além das ações de fortalecimento, foram realizadas eleições para os Conselhos Locais de Assistência Social, para os conselhos de escolas, diretores das unidades de ensino, coordenadores de Cajuns e dos Conselhos Locais de Saúde. A metodologia de realização de conferências para debates de temas como saúde, segurança alimentar, cidades, cultura, juventude, direitos humanos, criança e adolescente, segurança urbana e ciência e tecnologia, foi incorporada ao processo de gestão das políticas públicas.

Programa de Governo Vitória 2013-2016

Prefeita: Iriny Lopes

Vice: Juarez

Coligação: Mais Vitória Pra Você

Com o Orçamento Participativo, Vitória reafirmou a opção por uma gestão participativa e transparente e, com a retomada da interlocução com as entidades representativas dos servidores públicos, essa opção se fortaleceu também na esfera administrativa.

É importante ressaltar que as prioridades dessa gestão foram definidas a partir dos programas de governo apresentados nas eleições de 2004 e 2008, cujo conteúdo estabeleceu as principais diretrizes do Planejamento do Governo, dos Planos Plurianuais e dos Orçamentos anuais, o que significa respeito absoluto à vontade popular emanada das urnas em ambas as eleições.

Cumprindo o Programa

Um breve balanço das administrações de Vitória, nos períodos 2005-2008 e 2009-2012, nos permite afirmar que a maioria das propostas do Programa de Governo, apresentadas à cidade por ocasião dos debates eleitorais, foi cumprida. As propostas foram organizadas em três eixos estratégicos, articulando ações nas áreas sociais, de desenvolvimento econômico e urbano, bem como atividades-meio da administração municipal.

Além disso, a fim de garantir um processo rigoroso de planejamento da cidade, fez-se necessário revisar a Agenda local e viabilizar planos setoriais, de áreas já identificadas como prioritárias.

Dessa forma, a Agenda 21 da cidade foi atualizada no processo de elaboração da Agenda Vitória. Com essa nova agenda, construíram-se diretrizes e ações para orientar o processo de desenvolvimento da cidade pelos próximos 20 anos. Essa metodologia possibilitou à Administração desenvolver ações articuladas e de forma intersetorial, permitindo melhores resultados e efetividade das políticas públicas implementadas, para alcançar o objetivo de fazer uma gestão focada na redução das desigualdades socioeconômicas e espaciais em Vitória.

Isso pode ser verificado a partir de alguns indicadores positivos e prêmios alcançados no período, que deram destaque e tornaram a administração de Vitória referência nacional em diferentes setores.

Considerando dados de 2010, Vitória foi reconhecida, em estudos realizados pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), como a segunda capital brasileira em excelência em gestão fiscal.

Também com dados de 2010, a partir de estudo coordenado pelo Ministério da Saúde, a Capital foi avaliada como a primeira entre as capitais com melhor Índice de Desempenho do SUS (IDSUS), que faz aferição contextualizada do desempenho do Sistema de Único de Saúde quanto ao acesso (potencial ou obtido) e efetividade da Atenção Básica, das Atensões Ambulatorial e Hospitalar e das Urgências e Emergências.

Programa de Governo Vitória 2013-2016

Prefeita: Iriny Lopes

Vice: Juarez

Coligação: Mais Vitória Pra Você

Outro importante indicador está relacionado à assistência social. Vitória atingiu o nível de gestão plena do SUAS, ao ofertar serviços em todos os níveis de atenção da assistência social, da atenção básica (vulnerabilidade), passando pela média (violação de direitos) até a alta complexidade (violação de direitos com rompimento de vínculos familiares). Ao longo da gestão, a área de assistência social passou a ofertar todos os serviços previstos na tipificação nacional dos serviços socioassistenciais para todas as faixas etárias.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em julho de 2010, do total de municípios habilitados pelo SUAS, 12,3% realizavam a gestão inicial do sistema, 80,1% a gestão básica e 6,9% a gestão plena. No Espírito Santo, dos 78 municípios apenas sete possuíam gestão plena do SUAS. Vitória destaca-se com o melhor índice da Região Metropolitana e do estado.

Importantes ações de planejamento, estudos e projetos demonstram que a gestão atuou de forma planejada e pensou a cidade no curto, médio e longo prazo. Para isso foi feita a revisão do Plano Estratégico da Cidade e a revisão do Plano Diretor Urbano. Também foram realizados estudos de mobilidade urbana, com destaque para o Plano Diretor de Mobilidade e Transportes Urbanos de Vitória - PDTMU e o Plano de Redução de Riscos – identificando todas as áreas frágeis do município e a intervenções necessárias.

Estes planos, juntamente com outras ações, permitem ao Executivo Municipal atuar na cidade de forma mais qualificada, além de facilitar o processo de captação de recursos para novos investimentos requeridos pela cidade.

Nessas duas gestões, foram captados mais de 500 milhões de reais junto aos governos Federal e Estadual, ao BNDES e ao BID, entre outras parcerias.

O conjunto de ações e seus respectivos resultados refletem concretamente as prioridades de investimentos que receberam o maior aporte de recursos no acumulado 2005-2011. Desse com junto,destacam-se urbanismo e saneamento, com R\$ 591,7 e 160,8 milhões, respectivamente; educação, com um investimento acumulado no período de R\$ 140,3 milhões; e saúde, com R\$ 88,5 milhões. Já na área de habitação, foram investidos, de 2005 a 2011, R\$ 69,9 milhões.

A seguir passamos a relatar alguns resultados por área que demonstram os avanços das gestões democráticas e populares em Vitória, no período 2005/2012, e que nos servem de base para a apresentação de um novo Programa de Governo, no processo das eleições 2012.

Na área da Saúde, por exemplo, todo o esforço foi dirigido, principalmente, para fortalecer e aprimorar a rede de atenção básica.

Programa de Governo Vitória 2013-2016

Prefeita: Iriny Lopes

Vice: Juarez

Coligação: Mais Vitória Pra Você

Na rede física, esse esforço se materializou na substituição de estruturas antigas, com imóveis inadequados e/ou alugados por prédios próprios, mais modernos e amplos.

As novas unidades estão organizadas para aprimorar o atendimento ao público e proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores. Ao fim das ações em curso, 70% das unidades básicas de saúde terão sofrido intervenção, seja por importantes reformas, com ampliação ou construção de prédios em substituição as estruturas existentes.

Está em curso um processo de informatização da rede, com a implantação do prontuário eletrônico.

Mais de 90% dos servidores da rede de saúde de Vitória é de vínculo efetivo, sendo que em 2004 esse percentual era de apenas 35%.

As equipes do Estratégia de Saúde da Família foram ampliadas e, atualmente, cobrem 79% da população.

A taxa de mortalidade infantil foi reduzida - era de 12,97% em 2004, caindo em 2011 para 9,76%.

Importantes investimentos foram feitos também na média complexidade. O Centro Municipal de Especialidades Aprígio da Silva Freire foi inaugurado em 2012 e organizará, em um único espaço, o acesso a exames e consultas especializadas, um Centro de Especialidades Odontológicas e o tratamento fisioterápico.

Um novo centro de especialidades médicas será inaugurado em São Pedro, bem como o Centro de Atenção Psicossocial - especializado no atendimento às crianças e adolescentes com dependência em álcool e outras drogas.

Foi implantada a Escola Técnica de Saúde, que tem como objetivo principal a formação dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) para aperfeiçoamento de suas funções, visando à qualificação dos serviços e das relações entre profissionais de saúde e comunidade. Além disso, a escola desenvolve estudos e pesquisas visando à adequação permanente dos currículos às exigências de recursos humanos no setor de saúde para formar novos profissionais para o mercado.

Na Assistência Social buscou-se a ampliação e a consolidação da rede de proteção social nos diversos aspectos. Vitória atingiu o nível de gestão plena do SUAS, passando a ofertar serviços em todos os níveis de atenção.

Foi editada a Lei municipal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Foram estruturados serviços socioassistenciais para todas as faixas etárias.

Programa de Governo Vitória 2013-2016

Prefeita: Iriny Lopes

Vice: Juarez

Coligação: Mais Vitória Pra Você

Todas as famílias atendidas nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) já são cadastradas e acompanhadas por meio de um sistema informatizado.

A rede de assistência mais que dobrou o número de unidades – passou de 22 em 2004 para 59 unidades em 2011.

Foram criados novos espaços e serviços de atenção à criança, ao jovem, ao idoso, para a pessoa com deficiência, para a população em situação de rua, catadores de material reciclável e outros públicos que exigem uma atenção especial dos governos municipais.

Organizou-se ainda a política de segurança alimentar. Com a implantação do Conselho, do Banco de Alimentos e o Restaurante Popular.

Em complemento aos esforços já empreendidos pelo Governo Federal, foi criado em 2011, o programa de transferência de renda municipal -o Vitória Mais Igual – com capacidade de inserir 3.000 famílias não beneficiadas pelo programa Bolsa Família.

Na Educação foram desenvolvidas importantes ações que objetivam a oferta de um ensino de qualidade e para todos.

Para melhoria da rede física, 11 prédios encontram-se em obras e outros 13 já foram incorporados ao sistema no período de 2005/2012.

As unidades de ensino estão recebendo novos computadores e, das 99 escolas do sistema, 82 contam com laboratório de informática.

Todo as carteiras das salas de aulas estão sendo gradativamente substituídas por mobiliário mais ergonômicos. Os alunos recebem anualmente uniforme escolar e o programa de alimentação escolar é coordenado por servidores efetivos, no cargo de nutricionista.

O número de alunos por sala de aula, foi reduzido proporcionando um ambiente mais adequado ao processo de ensino-aprendizagem e ações de valorização dos servidores do magistério também se efetivaram.

O Programa Educação em Tempo Integral foi implantado e já atende a mais de 6 mil crianças dos ensinos infantil e fundamental, assegurando a todos, transporte escolar, alimentação e acompanhamento. O programa se desenvolve priorizando crianças de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Apenas para termos dimensão do crescimento de recursos aplicados na educação em 2004, o custo médio aluno da educação básica, em Vitória, era de cerca de 2 mil 371 reais. Em 2011, este custo médio foi de 6 mil 361 reais.

Programa de Governo Vitória 2013-2016

Prefeita: Iriny Lopes

Vice: Juarez

Coligação: Mais Vitória Pra Você

Segundo Portaria Interministerial nº 1459 de dezembro de 2010, o custo aluno estimado para o estado do Espírito Santo em 2011, série finais do ensino fundamental, é de 2 mil 670 reais, e para alunos matriculados em tempo integral é 3 mil 156 reais. Como é possível verificar, o sistema de ensino de Vitória já aloca recursos superiores aos estimados na Portaria citada.

Com a revisão no plano de cargos, carreiras e vencimentos do magistério os avanços, por tempo de serviço e merecimento, serão possíveis durante toda a carreira do magistério. A carga horária do magistério foi reduzida de 30 para 25 horas, sem redução dos vencimentos e ficou assegurado igual tempo de planejamento para todos os professores do sistema, do ensino infantil e fundamental.

A segurança urbana, foi implementada com programas de prevenção à violência e de construção de uma cultura de paz.

As ações foram empreendidas por meio de programas próprios com o Vitória da Paz e ações em conjunto e articuladas com o Programa Nacional de Segurança com Cidadania, Agências da ONU e outros empreendidos pelo Governo do Estado.

As ações educativas e de prevenção, ocorrem por meio de programas próprios, bem como por outras em articulação com demais secretarias, desenvolvidas nos Parques Municipais – como Domingo no Parque; nas escolas – com o grupamento escolar.

A partir disto foi possível dotar a Guarda Civil Municipal de melhor infraestrutura para desenvolvimento de suas atribuições, desde frota, sistema de videomonitoramento e formação continuada e novas tecnologias, como o OCR – Reconhecimento Óptico de Caracteres serão implementadas.

Em cinco anos, de 2006 a 2011, houve uma redução de 42,6% no número de homicídios na capital.

Na área cultural, além de ações de formação de público com o Festival Nacional de Teatro da cidade de Vitória, outros de fomento e de acesso a recursos públicos foram viabilizados a exemplo dos editais de circulação de espetáculos e de locomoção.

Fortalecemos a Lei Rubem Braga pela qual aprovamos, somente em 2010, 142 projetos nas áreas de teatro, folclore, artes plásticas, artesanato, artes gráficas, musica, dança, história, literatura, patrimônio histórico, cinema, fotografia e vídeo; no Projeto Circuito Cultural obtivemos, somente em 2010, 4 parcerias (Anexo Cultural, Central Única das Favelas, Instituto Arte Pela Arte e Instituto Brasil de Cultura e Arte), envolvendo 1300 participantes em 52 oficinas. Além do desenvolvimento do Projeto Circo Multicultural, com

Programa de Governo Vitória 2013-2016

Prefeita: Iriny Lopes

Vice: Juarez

Coligação: Mais Vitória Pra Você

montagens nas regiões Continental, Jardim Camburi, São Pedro, Maruípe e Santo Antônio.

Lançamos 06 editais de fomento nas diversas áreas: Locomoção / Festival Nacional de Teatro de Vitória / Concurso Nacional de Marchinhas Carnavalescas - Prêmio Sérgio Sampaio / Circulação de Espetáculos de Teatro, Dança e Música. Em parceria com o Governo do Estado estamos realizando a reestruturação do Carmélia, reaberto em 8 de novembro de 2011; no local, passou a funcionar a nova sede da Lei Rubem Braga de Incentivo à Cultura, com acervo aberto à consulta pública. Com a reinauguração, revitaliza-se também o projeto Palco Aberto, lançado em 2006 pelo Governo do Estado para o local; projeto vinculado à Lei Rubem Braga e abriga atividades contempladas pela lei, como lançamento de livros, CDs, DVDs, espetáculos de teatro, ópera, circo, dança e exposições de artesanato, entre outras expressões artísticas. O objetivo desta iniciativa é recolocar o Carmélia como espaço de atividades culturais dentro do cenário capixaba, fortalecendo também a circulação e o acesso aos projetos contemplados pela Lei Rubem Braga.

Nos Esportes reformamos, com cobertura de quadra, as Praças - Santos Dumont, Santo Antônio com construção de Deck, pier e calçada, Praça Dom João Batista - São Pedro, Construção da Praça Nilze Mendes - Jardim Camburi ; Reforma campo de futebol - Alagoano ; Reforma da Praça Antônio Trajano dos Santos - Caratoíra e Área de Lazer - São José, além da reforma do Ginásio Jones dos Santos Neves, destaque-se ainda a requalificação do Tancredão com equipamentos como pista de Skate, Ciclovias, ginásio poliesportivo, playground, pista de caminhada, calçadão da orla, piscina semi-olímpica, piscina de recreação, 02 quadras de esportes, campo de futebol de areia, campo de futebol society, estacionamento e que atende a escolinhas de esportes, núcleos de terceira idade, educação em tempo integral e a comunidade em geral através da oferta de diversas práticas esportivas.

Na Ciência e Tecnologia, no período de 2005 a 2012, quase quintuplicamos os investimentos em Ciência e Tecnologia, os recursos disponíveis para o fomento às Pesquisas, Bolsas de pós graduação e ações em CT&I, através do Facitec (implantado na primeira gestão do PT em Vitória, 1989/1992), cresceram de cerca de R\$ 650 mil para R\$ 2,8 milhões. Criamos o primeiro Sistema Municipal de CT&I do país, com a edição da Lei Municipal de Inovação em 21 de dezembro de 2009 (Lei 7.871), mantendo o vanguardismo de Vitória nessa área no Brasil; com isso foram estabelecidas as condições institucionais necessárias para que a cidade estabeleça uma nova estratégia de Desenvolvimento Sustentável, com foco no Conhecimento. A cidade está preparada para enfrentar mais esse desafio.

Foi efetivada a cessão de área pela União para construção do Parque Tecnológico Metropolitano de Vitória, através da portaria 531 de 02/12/11 e, com recursos da ordem de R\$ 9 milhões de reais, obtidos através de Emenda da bancada federal, foi dada a ordem de serviço para a elaboração dos projetos

Programa de Governo Vitória 2013-2016

Prefeita: Iriny Lopes

Vice: Juarez

Coligação: Mais Vitória Pra Você

para a construção do Centro de Inovação do Parque Tecnológico. O espaço terá uma área total de 9 mil metros quadrados e será erguido na região de Goiabeiras, nas proximidades do Galpão das Paneleiras e da Faculdade Univix.

Iniciamos a Interligação à Rede Metrovix de todos os prédios e espaços vinculados à prestação de serviços públicos municipais; iniciamos o projeto Vitória digital, que garantirá a implantação gradual de rede pública de internet em toda a cidade, sendo que até o momento temos implantados 22 Telecentros e 09 pontos Vitória digital: Jardim Camburi - imediações US; Avenida Beira-Mar - Ilha das Caieiras; Parque Moscoso -Centro; Parque Pedra da Cebola - Mata da Praia; Mercado São Sebastião - Jucutuquara; Horto de Maruípe - Maruípe, Centro de Referência da Juventude - Jucutuquara; Escola de Teatro, Dança e Música Fafi - Centro e Cultural Carmélia Maria de Souza - Mário Cypreste.

Outro importante investimento é na estruturação de espaços culturais e recuperação do patrimônio sócio-cultural da cidade com reformas, reconstrução e requalificação de espaços como Galpão das Paneleiras, Museu Capixaba do Negro, Casa Porto de Artes Plásticas, Estação Porto, Museu do Pescador – em Caieiras, Sambão do Povo, aquisição e reforma do antigo Saldanha – hoje sede da Secretaria de Esportes, Mercado São Sebastião, reforma do Ginásio Jones dos santos Neves, aquisição e reforma do imóvel da antiga Fábrica de Juta em Jucutuquara e onde será implantada a Fábrica do Trabalho entre outros.

Dentre programas estruturantes, é importante destacar o Programa Terra Mais Igual, que no período de 2005 até fevereiro de 2012, foram investidos em obras R\$ 124.milhões. O programa foi qualificado com o aprimoramento do modelo de gestão dando mais ênfase ao desenvolvimento humano sustentável, fortalecendo o processo de participação direta dos moradores e a integração institucional. O Programa conta neste momento com intervenções em andamento em 5 poligonais, beneficiando diretamente cerca de 20 bairros/comunidades, as ações foram ampliadas em especial com o apoio financeiro do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal /PAC /Urbanização da Favelas.

As intervenções em curso predominam nas áreas de morro da cidade e contemplam: ações socioambientais, fundiárias e obras de infraestrutura – esgotamento sanitário, drenagem pluvial, abastecimento de água, melhorias viárias, de becos e escadarias, áreas de lazer, parques ,melhorias de moradias, construção de novas unidades habitacionais e remoção de famílias de área de risco e de proteção ambiental, dentre outros.

Na área Ambiental, três novos parques estão em fase de implantação - Parque Barão de Monjardim, Chácaras Von Schilgem e, Paraíso, áreas de mangue estão sendo preservadas e protegidas,por meio de ações de fiscalização, recuperação e repovoamento. Com estes novos três parques, uma área de quase 166.000m² será preservada.

Programa de Governo Vitória 2013-2016

Prefeita: Iriny Lopes

Vice: Juarez

Coligação: Mais Vitória Pra Você

Ainda na área ambiental importantes ações de saneamento estão em curso. Nas regiões da Grande Santo Antônio e São Pedro, e em 05 poligonais do Programa Terra Mais Igual. Somam a esses esforços, a parceria estabelecida com Governo do Estado a partir do Programa Águas Limpas, objetivando que a cidade atinja a cobertura de 100% na coleta e tratamento dos esgotos produzidos na cidade.

Além destas intervenções merece atenção especial a questão dos riscos ambientais que se constituem em um grave problema que afeta diversas regiões do país, porém a baixa visibilidade das intervenções e o seu custo elevado faz com que diversos governantes não encarem a situação com a devida responsabilidade. Em Vitória mudamos essa situação, nos últimos anos enfrentamos dois grandes riscos ambientais relacionados, a drenagem e contenção de encostas, com investimentos e intervenções significativas.

No enfrentamento e combate à enchentes e drenagem urbana, Vitória foi a quinta cidade do Brasil a colocar em prática o Plano Diretor de Drenagem Urbana (PDDU), ao mapear 98 bacias de drenagem e definir por intervenções em 29 delas. Estão sendo investidos R\$ 253 milhões em obras de drenagem, sendo R\$ 90,4 milhões em obras já concluídas, incluindo: galeria da César Hilal, a 1ª etapa da Rua Jair Etienne Dessaune, galeria Ormando Aguiar, o sistema de drenagem e esgotamento de Caratoíra, sistema de drenagem de Jabour, sistema de drenagem de Joana D'Arc, galeria da Rua José Faria, sistema de drenagem do Bairros República, Mata da Praia e Morada de Camburi e a Galeria e Estação de Bombeamento Cândido Portinari.

Além destas estão em andamento as obras da 2ª etapa da Rua Jair Etienne Dessaune, a Bacia de Santo Antonio, as Poligonais 1, 2, 3 e 8, Barro Vermelho (Ruas Moacir Strauss, Guilherme Serrano e Carlos Nicolete), sistema de drenagem de Jardim Camburi, Sistema da Bacia de Maruípe, nas quais estão sendo investidos R\$ 159,3 milhões.

Já as intervenções de contenções de encostas e de prevenções de riscos envolveram investimentos da ordem de R\$ 100,0 milhões, em mais de 50 ações por toda a cidade; incluindo serviços técnicos de levantamento e mapeamento de riscos, construção de muros de arrimo e contenção, intervenções habitacionais, e outras edificações, recuperação estrutural, entre outros.

Importantes intervenções urbanas e viárias há muito demandadas pela cidade foram executadas, tais como: Ponte da Passagem; recuperação e ampliação da Ponte de Camburi; ampliação da Avenida Fernando Ferrari; implantação do Projeto Orla com obras e intervenções na praia de Camburi, Maria Ortiz, Beira Mar, Praça do Papa, Nova Palestina, Praça D. João Batista – São Pedro.

Cabe destacar que a ampliação da Avenida Fernando Ferrari é uma obra de caráter metropolitano, realizada pela Prefeitura de Vitória em parceria com o Governo do Estado. Principal corredor de acesso a Vitória pelo lado norte, a avenida tem

Programa de Governo Vitória 2013-2016

Prefeita: Iriny Lopes

Vice: Juarez

Coligação: Mais Vitória Pra Você

cinco quilômetros de extensão e está sendo ampliada para três faixas de tráfego em cada sentido, sendo uma para a passagem, preferencialmente, de ônibus.

Além das faixas, haverá 10 baias, de 106 metros cada, para os pontos de ônibus. Um canteiro central, com três metros de largura, dividirá a via, que terá cerca de 30 metros de largura, contando com as duas calçadas e ciclovia. Como parte da obra, foi entregue uma passarela metálica, com cinco metros de largura, para acesso de pedestres e ciclistas.

Ao todo, o município já investiu R\$ 92,5 milhões para a execução do projeto, que incluiu a nova Ponte da Passagem e a permuta de 25 mil metros da área do campus da Ufes pela construção de 19 prédios nos campi de Goiabeiras, Maruípe, Alegre e São Mateus.

Ainda no campo das intervenções o reaterro da praia da Curva da Jurema devolveu à população uma das praias mais frequentadas da ilha de Vitória. A Curva da Jurema recebeu uma faixa de areia de 437 metros de extensão por 30 de comprimento. Cinquenta mil metros cúbicos de areia foram bombeados do mar e transportados por balsas, evitando o tráfego de caminhões pela cidade.

Do Projeto Centro destacamos a Reforma da Praça Costa Pereira; a retomada da Estação Porto, Requalificação do Mucane , Casa Porto das Artes Plásticas, Rua Sete de Setembro, construído o Residencial Estoril, reforma do Parque Moscoso, além das obras em andamento: construção residencial Tabajara/Pouso Real e requalificação da Escadaria Bárbara Lindemberg (Palácio do Governo).

3- O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PROGRAMA

O processo de elaboração do Programa de Governo por parte dos partidos coligados e aliados mantém a coerência de um processo participativo e colaborativo. Afinal, esses são princípios que observamos em todas as fases dos processos eleitorais e em todas as etapas da administração pública.

A elaboração deste programa teve início ainda em 2011, quando foi definida sua metodologia. Desde então, por meio de debates, colóquios e encontros, temos ampliado o leque de diálogos, com o objetivo de construir uma proposta que represente os anseios e vontades da população de Vitória.

É assim que a elaboração e construção da proposta de Programa de Governo para Vitória 2013-2016 pelos partidos coligados e aliados prevê a participação dos seguintes atores sociais:

- Sociedade civil (organizada ou não);
- Especialistas e técnicos;
- Filiados dos partidos;
- Setoriais dos partidos;

Para organização e sistematização dos trabalhos, foram definidos e estabelecidos quatro Eixos Temáticos, responsáveis pela organização das discussões e debates temáticos:

- Cidade do Conhecimento e os desafios do Desenvolvimento Sustentável;
- Democracia e gestão participativa + Qualidade na Gestão e nas Políticas Públicas;
- Políticas Sociais e Inclusão + A Ampliação e a Garantia de Direitos;
- Gestão Urbana, Infraestrutura e Mobilidade + Territórios e a Inserção Metropolitana;

É necessário ressaltar que estes Eixos são as pré-diretrizes do Programa de Governo e estão agrupados em áreas de conhecimento com o objetivo de organizar os temas a serem incorporados nos trabalhos de elaboração do Programa, já com uma pré-concepção de como devem ser desenvolvidos e executados.

Desde então, diversos colóquios e debates têm sido realizados com os atores sociais definidos inicialmente, sejam filiados ou não aos partidos. É um momento de escuta, diagnóstico e levantamento de propostas que envolve a sociedade, técnicos, especialistas e membros da academia, entidades sociais e empresariais e o conjunto dos partidos aliados, entre outros.

Programa de Governo Vitória 2013-2016
Prefeita: Iriny Lopes
Vice: Juarez
Coligação: Mais Vitória Pra Você

Trata-se, portanto, de um processo rico e dinâmico, que acompanhará todo o período eleitoral, até porque uma parcela significativa da sociedade somente se mobiliza para debater de forma mais efetiva no período de campanha. Portanto, a proposta aqui apresentada não constitui um programa de trabalho detalhado e definitivo, devendo ser encarada como um apanhado das linhas gerais que vão orientar a administração de Vitória, sob a liderança de Iriny Lopes. Somente a partir da ampla participação e debate com toda a sociedade consolidaremos a proposta definitiva de Programa de Governo.

4- OS EIXOS TEMÁTICOS

No processo de elaboração do Programa de Governo, a própria metodologia e definição dos Eixos Temáticos já apontam as pré-diretrizes que estamos propondo e, de certa forma, determinam nossa visão de mundo e o caminho a seguir.

Além desse aspecto, a elaboração deste Programa parte de um conjunto de informações e conhecimentos, frutos principalmente da experiência e do acúmulo histórico que os partidos da frente possuem sobre o tema, sistematizados pelos próprios partidos e organizações afins (Fundações Partidárias), pelas experiências de gestores e técnicos, do diálogo com setores da sociedade civil, empresariais, movimentos sociais e com a academia.

Além dessas referências, há uma incontável bibliografia da qual destacamos dois documentos importantes: a plataforma estabelecida no Programa Cidades Sustentáveis e a Agenda Vitória.

O Programa Cidades Sustentáveis, da qual o Partido dos Trabalhadores de Vitória é signatário da sua carta compromisso, estabelece uma agenda para a sustentabilidade das cidades, que aborda as diferentes áreas da gestão pública em 12 eixos temáticos e incorpora, de maneira integrada, as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural. Os eixos estabelecidos na Plataforma Cidades Sustentáveis são: Governança; Bens Naturais Comuns; Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz; Gestão Local para a Sustentabilidade; Planejamento e Desenho Urbano; Cultura para a Sustentabilidade; Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida; Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável; Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida; Melhor Mobilidade, Menos Tráfego; Ação Local para a Saúde, e Do Local para o Global.

A Agenda Vitória, trata de um plano estratégico para o desenvolvimento urbano, econômico, sociocultural da cidade até 2028. Elaborado entre setembro de 2007 e final de 2008, contou com a participação de especialistas, lideranças de diversos movimentos sociais e religiosos e de organizações sociais. Seu formato amplo e abrangente exige uma análise capaz de identificar seus pontos prioritários e passíveis de execução, frente inclusive à realidade econômica e financeira da prefeitura e do município.

Cidade do Conhecimento e os desafios do Desenvolvimento Sustentável

Conjuntura

O atual modelo de Desenvolvimento da cidade de Vitória, assim como de muitas outras cidades portuárias, sofre a influência das oscilações típicas do comércio internacional.

Vitória, por ser considerada a capital brasileira de maior abertura de sua economia para o comércio exterior, sofre de forma imediata os impactos das crises internacionais.

A desaceleração do crescimento dos EUA, de vários países Europeus e, particularmente da China, tem como consequência a redução de forma significativa de suas compras de commodities produzidas no Brasil. No Espírito Santo, já é possível perceber a redução das atividades das grandes indústrias de transformações primárias e a queda das exportação de minério ferro, café, mármore, placas de aço e celulose.

Não bastasse isso, o excedente mundial de aço neste momento, cerca de 500 milhões de toneladas, coloca a China não apenas como um parceiro que reduz suas compras, mas a faz concorrente do Brasil, caso essa venha a colocar parte do sua produção de aço no mercado internacional.

Outra ameaça ao modelo de Desenvolvimento do Espírito Santo e de Vitória, fortemente alicerçado no comércio internacional, pode ser observada nas recentemente mudanças na legislação do ICMS, que na prática extinguem os benefícios do FUNDAP. Tal extinção, trará a partir de janeiro de 2013, o impacto direto sobre as finanças dos municípios, particularmente em Vitória. No médio prazo, estarão expostos os gargalos existentes na infraestrutura, na gestão, na capacitação dos trabalhadores, na utilização das novas tecnologias, etc, que obstaculizam a competitividade de nossos portos públicos, que até então eram compensadas pelas vantagens fiscais oferecidas às empresas pelo FUNDAP,

O Governo Federal assumiu o compromisso de fornecer recursos importantes para o fortalecimento da infraestrutura econômica do Estado, assim como aprovou a implementação de investimentos produtivos de insumos que impactam fortemente a cadeia produtiva local. Além disso promoveu a redução de passivos financeiros herdados do governo anterior que limitavam a capacidade de investimentos e de captação de recursos pelos governos locais.

Desta forma é fundamental que tenhamos um governo municipal com capacidade de interlocução com os governos Federal e Estadual para a garantia desses investimentos.

Frente a este cenário, está colocado o grande desafio, necessário e urgente, de aprofundar a análise do modelo de desenvolvimento que temos em Vitória e como superá-lo, buscando a sua construção de forma coletiva, como exige a sociedade.

Devemos (re)pensar o papel de Vitória no contexto regional (em especial metropolitano), estadual e mesmo nacional. Não se trata de aqui de “destruir” o existente, muito pelo contrário, é a partir do existente suas características, potencialidades e limitações que devemos aprofundar e qualificar o debate e as propostas sobre os rumos do desenvolvimento da cidade.

O Novo Modelo de Desenvolvimento

Transformar Vitória numa Cidade Sustentável é muito mais do que um desejo de vê-la moderna, contemporânea, é uma tarefa da sociedade neste momento da história de nossa cidade, é superar, de forma coletiva, o desafio da manutenção de sua posição vanguardista, viva e pujante, no cenário regional e nacional.

Nossa cidade, por ser uma ilha com cerca de 100 km², não dispõe de área física, nem dos recursos naturais essenciais à vida, tais como: água doce, produção de alimentos e de energia; portanto, no desafio de promover o seu Desenvolvimento, torna-se imperioso que este seja Sustentável e, na sua concepção, é imprescindível ser levado em consideração uma visão estratégica e ser matriz para a ação integrada das diferentes políticas municipais, com vistas ao crescimento econômico, a superação da extrema pobreza que ainda existe, mesmo de forma pontual em nossa cidade, e a ampliação da participação cidadã com sustentabilidade.

A nossa concepção de desenvolvimento local sustentável passa necessariamente pela articulação das dimensões social, ambiental, econômica, cultural, política e ética, que garante a preservação da vida e dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras. Isso implica na perspectiva de que os ganhos e benefícios do crescimento econômico sejam apropriados, por toda a população. Por outro lado, o desenvolvimento econômico e a inclusão social não devem acarretar o desequilíbrio ecológico ambiental e destruir os recursos naturais.

Sob esta ótica, sustentabilidade é condição estratégica para garantir o direito à cidadania e superar a pobreza, a violência e as desigualdades. O desenvolvimento da economia, com o uso de tecnologias sociais, ganha uma conotação que não traz só crescimento, mas também alavanca aquelas outras condições

O município muito pode e deve fazer para induzir o desenvolvimento local. É de sua responsabilidade dialogar com todos os setores da sociedade local e promover o diálogo entre todos os agentes econômicos, setores produtivos,

segmentos sociais e os setores excluídos, e além destes, com outras instâncias políticas e com os governos da região para encontrar as possíveis formas e instrumentos que impulsionem o desenvolvimento sustentável .

Muitas vezes o crescimento econômico acontece, mas não diminui a pobreza, porque beneficia poucos, concentra renda e não amplia as oportunidades de trabalho e de acesso às políticas públicas e concretização de direitos. Assim, a necessidade não é apenas a de criar riquezas, mas também de distribuí-las.

A gestão municipal como indutora e reguladora do desenvolvimento Local

O projeto dos partidos coligados para induzir e regular o desenvolvimento local sustentável é um diferencial em relação aos projetos neoliberais, que subordinam as políticas sociais às ações do mercado e, em última instância, aos limites dos direitos trabalhistas. Para nós o Estado tem a primazia na responsabilidade com as políticas sociais e concebe os cidadãos e cidadãs como sujeitos de direitos, especialmente os setores mais vulneráveis da sociedade.

A Cidade do Conhecimento, um caminho rumo à Construção do Desenvolvimento Sustentável

Há diversas conceituações sobre o que são “Cidades do Conhecimento”, porém adentrar este debate não é o nosso objetivo.

Em linhas gerais, podemos definir que “Cidade do Conhecimento é aquela que pretende basear seu desenvolvimento no incentivo contínuo à criação, intercâmbio, avaliação, renovação e atualização do conhecimento” (Edvinsson, 2006) e cujas bases produtivas e sociais, estão calcadas em atividades criativas, ou seja, seus principais produtos e atividades são bens imateriais e intangíveis, fruto do trabalho intelectual.

Este tem sido o caminho de muitas cidades e regiões que em certa medida tem garantido sua sobrevivência e mesmo a qualidade de vida de seus habitantes.

A existência das chamadas cidades do Conhecimento decorrem também de mudanças econômicas, onde o capital humano e a economia produtiva tem sobrepujado o mundo fabril em diversas regiões, exemplo disso é a desindustrialização de países do capitalismo central e o deslocamento das plantas industriais para países antes considerados periféricos, em especial países asiáticos.

Assim o que vemos são produtos de alto valor agregado pensados e projetados em uma parte do planeta, porém fabricados do outro lado do mundo.

Ao mesmo tempo em nível nacional há todo um debate sobre a necessidade de (re)industrialização do país, porém no que tange a cidade de Vitória suas

Programa de Governo Vitória 2013-2016

Prefeita: Iriny Lopes

Vice: Juarez

Coligação: Mais Vitória Pra Você

limitações geográficas e mesmo ambientais impedem que pensemos em alternativas que envolvam atividades que exijam a implantação de plantas industriais. Podemos e devemos integrar o debate local ao debate nacional, estadual e metropolitano, até porque a “criação” também depende da “produção” e de outros elementos muito além dos limites da cidade.

Enfim, trata-se no caso de Vitória mais do que uma opção, trata-se quase que de uma imposição, uma das únicas alternativas.

A construção de uma Cidade do Conhecimento pressupõe alguns principais componentes:

As bases para o conhecimento

- instituições produtoras de conhecimento;
- sistemas de transferência de conhecimento
- empresas inovadoras
- governos locais e regionais pró ativos
- visão estratégica e capacidade de liderança local
- marco institucional e legal.

Estrutura econômica baseada no conhecimento

- indústrias de alta intensidade tecnológica;
- industriais culturais e criativas;
- um setor de prestação de serviços avançado;
- outras atividades de serviços e industriais baseadas no conhecimento.

Capital Humano

- população com alto grau de escolaridade instrução;
- profissionais e técnicos especializados;
- profissionais de cultura.

Conectividade e Comunicação

- infraestrutura digital;
- processos e conteúdos eletrônicos;
- redes sociais e institucionais (locais, regionais e internacionais);
- redes empresariais (locais, regionais e internacionais);
- conexão física com o exterior.

Estes componentes apontam por si só algumas prioridades relacionadas à construção da Cidade do Conhecimento e consequentemente deste programa.

Programa de Governo Vitória 2013-2016
Prefeita: Iriny Lopes
Vice: Juarez
Coligação: Mais Vitória Pra Você

As Condições

Temos a clareza que um projeto de Desenvolvimento que busca envolver o conjunto da sociedade terá êxito somente se formos capazes de estabelecer condições que extrapolam a simples vontade de um Programa, neste devemos observar algumas condições:

- Liderança: trata-se da vontade política dos dirigentes, em especial públicos, compromisso que estamos demonstrando e assumindo neste programa;
- Capacidade Técnica e de Gestão: não basta apenas as intenções, devemos ser capazes de elaborar e implantar projetos, o que exige o desenvolvimento de um rol de competências;
- Governança: falamos aqui na participação ativa da sociedade, no envolvimento de todos os setores sociais, sejam empresariais, movimentos sociais, academia, igrejas, entre outros.

Trata-se portanto de um processo de construção e implementação que deve ser consensada e negociada, motivo pelo qual apresentamos aqui somente as linhas gerais de nossa propostas, cujo detalhamento e aprimoramento somente será executado, seja no decorrer da campanha, seja na sua construção no próprio governo.

Democracia e gestão participativa + Qualidade na Gestão e nas Políticas Públicas

Nas gestões de 2005-2008 e 2009-2012 trabalhou-se com entendimento de que, com o passar dos anos, o uso do termo “participação” por diferentes partidos e governos exigia que ele fosse qualificado. Esta qualificação deveria se dar à luz dos contextos e demandas políticas e sociais, e compreendendo que a participação cidadã alarga a noção de participação popular, já que evidencia que todos os atores sociais devem ser considerados nas ações públicas, sejam eles tradicionalmente marginalizados ou não. Porém, os setores marginalizados e excluídos merecem atenção especial para garantia de sua efetiva participação nos processos sociais e políticos.

Com esse entendimento, ampliaram-se e fortaleceram os canais de participação cidadã, em especial a retomada do orçamento participativo, como forma de ampliar a participação direta dos moradores. Ao mesmo tempo em que fortaleceu os canais de participação, o modelo de gestão implementado garantiu o exercício da transversalidade na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, criando instâncias coletivas internas em todos os níveis de governo e, através da escola de governo, formando e capacitando agentes públicos de forma a possibilitar mudanças na cultura de gestão, que propiciem alteração do modelo de gestão setorial para um outro que se dá de forma integrada e participativa. Ressaltamos a inovação com a criação das Câmaras Territoriais, espaço de integração das políticas públicas ao nível dos territórios.

Conhecendo os avanços alcançados nos dois últimos períodos de gestão e visando a continuidade e qualificação da gestão democrática popular e cidadã, deve-se assumir como pressupostos:

- O exercício da participação cidadã e do controle social favorecem a constituição de uma cultura democrática, baseada em direitos e, por isso, são considerados fundamentais para a construção de uma esfera pública democrática, em que possam ser associados direitos e responsabilidades dos cidadãos e cidadãs na ação qualificada dos setores do poder público.
- A participação cidadã e o controle social são poderosos instrumentos para superar a tradição clientelista e assistencialista que permeia a cultura política brasileira, responsável pela reprodução dos privilégios de poucos em detrimento dos interesses da maioria da população.

Dois objetivos centrais devem orientar as nossas ações: o primeiro deles é o de tornar a máquina pública capaz de prestar mais e melhores serviços de qualidade; o segundo é o de introduzir novos instrumentos que permitam maior controle social da ação municipal. Tais objetivos apontam, dessa forma, não apenas para a recuperação da capacidade gerencial do Estado, mas também

Programa de Governo Vitória 2013-2016

Prefeita: Iriny Lopes

Vice: Juarez

Coligação: Mais Vitória Pra Você

para a igualdade de atendimento a qualquer munícipe e para o aprimoramento dos mecanismos de tornar as informações transparentes e acessíveis a todos, levando ao fortalecimento da cidadania.

Ainda indica uma concepção sistêmica, que considera que é necessário agir simultaneamente na melhoria da qualidade dos serviços, através da reformulação dos processos de trabalho; na valorização dos servidores, através de sua capacitação e envolvimento; na utilização da tecnologia de informação, através da disponibilização de diferentes tipos de informação e da eliminação de etapas dos processos de trabalho; e na melhoria do ambiente de trabalho, também a necessidade de aprimoramento da forma matricial de se trabalhar, exigindo mudança cultural e organizacional no interior das Secretarias.

Para que a participação cidadã e o controle social sejam efetivos e constituam esferas públicas democráticas é preciso:

1. O fortalecimento e qualificação dos canais de participação e controle social , institucionalizados ou não, tais como conselhos, comitês, fóruns, audiências , confêrencias, orçamento participativo e planejamento participativo, destacando a necessidade de avançarmos na construção de espaços comuns, que sejam capazes de articular as dimensões territoriais, orçamentárias, de planejamento, de construção e implementação de políticas sociais articuladas com as políticas de desenvolvimento.

2- A diversificação dos canais de participação começa a incluir na pauta do dia a criação de "sistema de participação", que consiste em criar mecanismos de articulação e sinergia entre todos os canais de participação popular e cidadã, com a perspectiva de potencializar os esforços investidos na democratização da gestão e no controle social, bem como dar passos concretos na consolidação de uma cultura democrática e transformadora da vida pública. Estimulando a articulação entre os diversos canais institucionais de participação, como os conselhos setoriais e o orçamento participativo, buscando superar a segmentação e setorialização das políticas sociais;

3- Fomentar e constituir espaços de participação para que esses sejam compreendidos como processos, e não como eventos, diretamente vinculados à forma de governo e de organização da sociedade. Esses espaços devem existir nos diferentes processos de planejamento das políticas de desenvolvimento da cidade. Isso significa que devem ser assegurados desde a elaboração do programa de governo, promovendo uma cultura de participação.

4- A participação popular e cidadã tem que vir acompanhada de mecanismos de controle social, ou seja, o monitoramento, pela sociedade - preferencialmente organizada e institucionalmente reconhecida -, de processos políticos, administrativos e financeiros da gestão pública, especialmente das políticas públicas, desde sua elaboração, passando pela execução, avaliação e

Programa de Governo Vitória 2013-2016

Prefeita: Iriny Lopes

Vice: Juarez

Coligação: Mais Vitória Pra Você

replanejamento. Trata-se de fortalecer, ao mesmo tempo, o papel do Estado e da sociedade.

5 – Fortalecer as ações da escola de governo, considerando que no âmbito interno do governo a participação informada e qualificada de todos os seus agentes (técnicos e gestores) garante planejamento e execução coerentes com diretrizes e mecanismos publicamente compromissados.

6 - A participação cidadã e o controle social contribuem com as iniciativas de modernização administrativa, ao mesmo tempo em que a modernização favorece a participação e o controle social. Portanto, a participação cidadã e a modernização administrativa são essenciais à gestão democrática.

7 – Manter a interlocução qualificada e sistemática com os servidores, por meio de suas entidades representativas.

A nossa Coligação reconhece que a sociedade tem o direito de participar ativamente, assumindo suas responsabilidades na construção de uma gestão ética, democrática e eficiente.

Políticas Sociais e Inclusão + Ampliação e Garantia de Direitos

Diretrizes Gerais

- Primazia do Estado na condução das políticas sociais reforçando suas responsabilidades na execução de serviços essenciais à população e na produção e na articulação de informações sobre as necessidades e vulnerabilidades sociais das pessoas.
- A elaboração e a execução das políticas públicas sociais darão centralidade às necessidades e desigualdade territorial no município, articulando e integrando as ações públicas pelo princípio da corresponsabilidade e complementaridade entre todas as políticas sociais, potencializando equipamentos públicos, recursos humanos e gestores, a fim de prover soluções para as necessidades e demandas de seus moradores/as e garantir o acesso às políticas públicas com qualidade.
- A formulação de políticas sociais terão como marco civilizatório a superação da desigualdade social, do patrimonialismo, das assimetrias de raça e de gênero e, como horizonte político, a promoção da igualdade entre as pessoas, pressuposto básico da dignidade e dos direitos humanos.
- O Governo se pautará pelo diálogo com os vários segmentos da sociedade em cada área, criando e fortalecendo canais e mecanismos de participação na gestão das políticas sociais (elaboração, planejamento, execução e avaliação), objetivando o fortalecimento de concepções e valores que constroem a cultura de direitos e cidadania.
- O desenvolvimento das políticas públicas sociais deve fortalecer a ideia de que o serviço público é um bem a que todos e todas têm direito, superando a benemerência e as ações espetaculares e pontuais que marcaram práticas de governos anteriores.
- O governo fortalecerá, ainda mais, as políticas sociais específicas para as crianças, os jovens, idosos e pessoas com deficiência, garantindo as conquistas legais efetivadas para esses segmentos como sujeitos de direitos e as ações desenvolvidas pelos Conselhos municipais vinculados a esses segmentos sociais.
- As políticas públicas sociais terão por horizonte a valorização dos distintos tempos, experiências e capacidades das pessoas, o reconhecimento, respeito e a promoção das condições para o exercício do direito à cidade e da cidadania plena de todas as pessoas, primando pela garantia de qualidade de vida (melhores condições de habitação, transporte, mobilidade,

Programa de Governo Vitória 2013-2016

Prefeita: Iriny Lopes

Vice: Juarez

Coligação: Mais Vitória Pra Você

acessibilidade, saneamento básico, qualidade ambiental, educação formal e não formal, respeito aos direitos humanos, à diferença e à diversidade).

Objetivos da Gestão 2013-2016

- Fortalecimento da cidadania e dos direitos humanos na cidade, projetando Vitória na rede mundial de cidades educadoras e de cidades protetoras da vida, simultaneamente.
- Promover a igualdade de acesso às oportunidades criadas pelo poder público, conjugando esforços das esferas da vida socioeconômica e cultural da cidade em prol da construção de uma cidade para todos
- Promover a ação transversal das políticas sociais com as políticas urbanas, objetivando a realização de um projeto cultural e formativo, capaz de estimular inúmeras possibilidades educativas na cidade, a fim de assegurar a formação integral dos moradores da cidade ao longo de suas vidas/existência.
- Referenciar Vitória como uma cidade compromissada com a prevenção da violência e dos agravos a saúde por causas externas; com o respeito e a promoção e valorização das diversidades – étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras.
- Consolidar a cidade de Vitória como referência regional e estadual na produção de conhecimentos sobre o sistema de direitos socioassistenciais e do caráter técnico-político na perspectiva de garantia dos direitos de todos aqueles que dele necessitam.

Políticas para a Juventude

Nós, da Coligação, faremos um governo que reconhece a importância da juventude e que irá estimular o seu protagonismo na cidade, avançando na construção desse segmento populacional como sujeitos sociais, históricos e de direitos. Nesse sentido, vamos:

Valorizar a participação social dos jovens no planejamento municipal e na reconstrução das cidades no sentido da territorialidade, sustentabilidade e democracia urbana. Aperfeiçoando os canais de diálogo e participação da juventude com o poder público para discutir políticas setoriais como educação, saúde, trabalho e renda, agricultura, direitos humanos, esporte, cultura, lazer e segurança pública e o orçamento municipal (PPA, LOA e LDO).

Programa de Governo Vitória 2013-2016

Prefeita: Iriny Lopes

Vice: Juarez

Coligação: Mais Vitória Pra Você

Construir sempre as políticas públicas municipais referenciadas em questões essenciais para a mudança de vida da juventude, como os novos direitos do trabalho decente e redução da jornada de trabalho, aprofundamento da democratização da educação, participação, livre experimentação, mobilidade urbana, vida segura, alicerçadas a valores fundamentais como o combate ao racismo, o machismo e a homofobia;

Aperfeiçoar na agenda municipal o eixo “Emancipação e Autonomia da Juventude”, da Secretaria Nacional da Juventude do Governo Federal, ressaltando a política nacional de juventude do Governo Dilma e a parceria com ela, realizando o maior número de convênios possíveis com O Governo Federal.

Criança e adolescente

A nossa coligação, à luz dos direitos e garantias assegurados a crianças e adolescentes em nossa sociedade, vamos intensificar ações de promoção e proteção do segmento infanto-juvenil, e de suas famílias, em toda a cidade e áreas da política pública social.

Nossa meta é desenvolver ações que promovam um círculo virtuoso para o desenvolvimento social e humano de crianças e adolescentes: além de vagas nas escolas e qualidade na educação, inversão da tendência de aprofundamento das desigualdades e distâncias sociais e das situações de vulnerabilidade e risco que afetam suas famílias, e a garantia de políticas públicas de saúde, transporte, moradia, cultura, zelando pela convivência familiar e comunitária deste segmento.

Enfrentaremos a periferização dos territórios de exclusão social e estimularemos o potencial de crianças e adolescentes para absorver as novas tecnologias digitais, a internet, o conhecimento de línguas, a produção cultural.

População Idosa

A população idosa é demograficamente significativa em nossa cidade e, politicamente, representa novos atores em cena na luta por direitos sociais.

Nossa coligação reconhece todos os direitos fundamentais inerentes a esta condição e quer fazer de Vitória um lugar acolhedor, que respeita e cuida de seus idosos, assegurando-lhes os meios e as oportunidades para a preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento intelectual, moral, espiritual e social.

Em nosso governo, iremos desenvolver todos os esforços para que nenhum idoso seja objeto de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão e para que a política de atendimento ao idoso seja realizada por meio

do conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais e em consonância com o Estatuto do Idoso.

Políticas de Educação

O sistema educacional em Vitória deu um salto de qualidade, na educação infantil e no ensino fundamental, integrando suas funções às dos demais níveis de formação a fim de garantir o acesso do educando à ciência e à tecnologia, de maneira competente e adequada. Os esforços do Governo municipal nessa área têm o desafio de consolidar as ações voltadas para a qualificação da rede física, valorização profissional e da educação em tempo integral visando atingir a qualidade social da educação em Vitória.

Assim, a melhoria da qualidade da educação básica será um estímulo à continuidade de formação dos munícipes em outros níveis e modalidades da educação formal e não formal na perspectiva da construção da cidade do conhecimento. Tal premissa é condição fundamental para assegurar o acesso e o usufruto de todos os moradores da cidade ao padrão de vida condizente com o instrumental da ciência e da tecnologia no atual momento histórico bem como, o aprofundamento da gestão democrática na rede municipal.

Nesse sentido, um dos desafios a serem enfrentados no campo da educação é o de intensificar o programa de adequação da rede física municipal, como forma de garantia de acesso a todos na educação infantil e no ensino fundamental, com qualidade no atendimento e nas condições de trabalho.

Consolidar ações de valorização do magistério, mantendo o debate permanente sobre questões relacionadas as condições de trabalho, saúde, remuneração e formação.

Ampliar, gradativamente, o atendimento em horário integral, por meio do Programa de Educação em Tempo Integral.

Geração de Emprego e Renda

Nós, dos partidos coligados e aliados, daremos destaque à formação permanente para o trabalho, promovendo, ampliando e aprimorando o conhecimento do trabalhador no campo tecnológico, tendo a Fábrica do Trabalho como referência para as ações de formação, promoção da Economia Solidária, incentivo ao empreendedorismo e encaminhamento ao mercado de trabalho.

A política pública social de geração de emprego e renda dará ênfase a inúmeras áreas, com tendências promissoras do setor terciário, como a indústria criativa de lazer em geral, turismo, gastronomia, estética e beleza, esportes, artes, dentre outros.

Programa de Governo Vitória 2013-2016

Prefeita: Iriny Lopes

Vice: Juarez

Coligação: Mais Vitória Pra Você

Criação da “Rede de Emprego e de Empregabilidade”, articulado aos demais programas sociais, tendo por objetivo a promoção da inclusão social e profissional de desempregados, subempregados, jovens e mulheres em atividades geradoras de melhor trabalho e renda e de empreendimentos produtivos, economicamente viáveis e sustentáveis por relações solidárias e comprometidas com a geração de autonomia dos sujeitos sociais.

Saúde

Consolidar a rede de atenção básica com a ampliação do atendimento de saúde bucal, do matriciamento nas áreas da saúde do idoso, saúde mental, da mulher e do jovem e com a conclusão das ações de adequação da rede física municipal.

Fortalecer a política municipal de promoção da saúde de forma intersetorial, contemplando atividades físicas, de orientação nutricional, de controle ambiental entre outros.

Consolidar a política de gestão e desenvolvimento dos profissionais da saúde, os espaços colegiados de gestão e o controle social.

Avançar na gestão plena da média complexidade, com a ampliação da oferta de consultas e exames especializados, sempre de forma articulada com a Região de Saúde.

Assistência Social

Nós, da Coligação, reconhecemos a política de Assistência Social como um direito que deve ser acessado por todos os que dela necessitam, e destacamos a sua importância estratégica para acolher e cuidar das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.

Por meio de uma ação intersetorial, a nossa coligação desenvolverá uma política de geração de emprego e renda na cidade, com programas de proteção social viabilizadores da inclusão social pelo trabalho, objetivando garantir os direitos econômicos e sociais da população, por meio da inserção produtiva e criativa do cidadão à cidade, ofertando “portas de saída” da condição de assistido.

Avançaremos e fortaleceremos, ainda mais, as políticas sociais específicas direcionadas a mulheres, crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência, garantindo as conquistas legais efetivadas para esses segmentos como sujeitos de direitos e as ações desenvolvidas pelos respectivos Conselhos municipais.

Segurança Urbana

Nós, da Coligação, estamos seguros em relação ao importante passo à frente que foi dado pela atual Administração da cidade de Vitória, quando decidiu criar

Programa de Governo Vitória 2013-2016

Prefeita: Iriny Lopes

Vice: Juarez

Coligação: Mais Vitória Pra Você

condições institucionais imprescindíveis à atuação do nosso município nas ações de segurança pública.

Vamos trabalhar em parceria com o Governo Federal e com o Governo Estadual fortalecendo as ações de enfrentamento à violência e criminalidade em nossa cidade, carreando recursos para as ações de prevenção e apoio de organizações nacionais e internacionais, visando a promoção da cultura da paz.

Vamos também valorizar os profissionais da Guarda Municipal (agentes comunitários e de trânsito), ampliando o contingente, garantindo formação continuada, apoio psicossocial e os direitos associados à função.

Cultura

A Cultura, para nossa Coligação, tem uma dimensão simbólica e de fortalecimento do direito da cidadania, deve ser encarada como direito básico do cidadão e se constitui também como possibilidade para o desenvolvimento econômico.

O principal desafio para assegurarmos avanços na Política Cultural em Vitória passa pela implementação do Plano Municipal de Cultura, pois assim poderemos efetivar ações na área que se configurem como de Estado, definidas no debate democrático com a cidade.

A elaboração do Plano Municipal de Cultura se dará durante todo o ano de 2012 e terá a participação de toda a sociedade capixaba, com representantes de diversas áreas culturais, ouvindo os anseios da comunidade, principalmente por meio do Conselho Municipal de Políticas Culturais.

Desde esse período, as ações da Secretaria vêm sendo elaboradas no sentido de garantir que sejam cumpridas as atividades e as metas previstas no referido Plano, que atua em três dimensões: simbólica (expressões culturais e folclóricas), cidadã (sociedade civil) e econômica (cadeia produtiva da área cultural).

Os investimentos precisam ser contínuos na manutenção de espaços culturais, no fomento, na produção e circulação de produtos e manifestações culturais e na formação de público.

Cidadania e Direitos Humanos

Nossa Coligação respeita e apóia a promoção, a garantia e a ampliação dos Direitos Humanos e de cidadania de todos e de todas, e quer fortalecer todas as políticas e ações da cidade de Vitória nessa área. Vamos expandir a política de educação em direitos humanos para toda a cidade, a partir da elaboração e execução de um programa de formação continuada, tendo por objetivo despertar e ampliar o conhecimento da população das regiões administrativas

Programa de Governo Vitória 2013-2016

Prefeita: Iriny Lopes

Vice: Juarez

Coligação: Mais Vitória Pra Você

da cidade sobre direitos humanos e sobre os mecanismos institucionais e jurídicos para reclamá-los, individual e coletivamente, para exigir a reparação de danos causados por violações praticadas, quer por entes públicos, pessoas ou instituições privadas.

Políticas Públicas Sociais para LGBTT

Os partidos coligados e da aliança reconhecem o valor de toda a pessoa humana sem fazer distinção de qualquer natureza. E quer desenvolver ações transversais e específicas, objetivando a promoção dos direitos e da cidadania do segmento LGBTT em todas as áreas da política pública social do Governo.

Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Nós, da Coligação, vamos consolidar a Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial em Vitória, avançando ações junto às secretarias municipais, voltadas para a superação dos quadros de vulnerabilidades econômica, social, cultural, material e imaterial, que afeta os/as negros/as na cidade.

Políticas para as Mulheres

É compromisso dos partidos coligados promover a igualdade de gênero, ampliando e fortalecendo as políticas de promoção das mulheres e as ações direcionadas à superação de padrões culturais machistas, as assimetrias de gênero, fortalecendo os mecanismos de participação social direcionados ao enfrentamento de questões do universo feminino e políticas setoriais e integradas. Consolidaremos as diretrizes e ampliaremos as ações constantes do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

População em situação de Rua

Nós, da Coligação, reconhecendo a complexidade da situação que singulariza o heterogêneo grupo de pessoas que compõe a população em situação de rua em Vitória, temos o compromisso de efetivar em nossa cidade as diretrizes da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua.

Pessoas com Deficiência

Nossa Coligação quer acolher as necessidades específicas das pessoas portadoras de deficiência que residem em Vitória e, dentre essas, as que se encontram em lares com baixa renda per capita. As políticas sociais e urbanas a serem desenvolvidas em nossa gestão irão contemplar o direito dos portadores de deficiência à acessibilidade, à educação, saúde, esporte e lazer, cultura, assistência social, garantindo as conquistas legais efetivadas para esse segmento da população.

Programa de Governo Vitória 2013-2016

Prefeita: Iriny Lopes

Vice: Juarez

Coligação: Mais Vitória Pra Você

Programa Terra Mais Igual

A cidade de Vitória, desde 1989, vem enfrentando a pobreza urbana. Primeiro, com o Projeto São Pedro, que resultou do pacto entre Governo e sociedade civil organizada, visando o resgate da dívida social, resultante do modelo de desenvolvimento econômico. Em 1998 foi criado o Projeto Terra, tendo como referência o modelo de gerenciamento do Projeto São Pedro, e a necessidade de agir em outros territórios da cidade com ocupações irregulares, onde havia concentração de população com baixos índices sociais, precariedade de serviços públicos, em infraestrutura, habitação, fragilidade ambiental, correspondendo a 30% da população da cidade.

Nesse processo histórico, em 2005 foi reformulado o Projeto Terra, passando a ser denominado Programa Terra Mais Igual, em especial por entender a importância da continuidade e qualificação dessa política, sendo o mesmo qualificado no seu objetivo central, passando a focar o desenvolvimento humano sustentável, sendo alterado o nome para Programa Terra Mais Igual. Foi qualificada a gestão integrada das políticas públicas nos territórios, foram fortalecidos os trabalhos sócioambientais e a participação cidadã, ampliou-se a captação de recursos e os investimentos em obras de urbanização, infraestrutura, habitação, regularização fundiária, proteção ambiental.

Nós, da Coligação, entendemos o Programa Terra Mais Igual enquanto uma política de gestão, que contribui, de forma efetiva, para a inclusão socioterritorial. Nesse sentido, vamos continuar qualificando e fortalecendo as ações socioambientais, a conclusão das obras em andamento e elaboração dos Planos de Desenvolvimento Local Integrado, as ações de Regularização Fundiária, e buscaremos ampliar a captação de recursos.

Habitação de Interesse Social

Nós, da Coligação, entendemos a política habitacional como promotora do direito à moradia digna e, nesse sentido:

Concluiremos as obras em curso dos residenciais financiados pelo Fundo Nacional de Habitação Social e Minha Casa Minha Vida, também as obras habitacionais no âmbito do Terra Mais Igual, e as priorizadas no âmbito do Orçamento Participativo, trabalharemos para ampliar a captação de recursos para a produção de novas unidades habitacionais de interesse social.

Revisaremos o Plano Local de Habitação de Interesse Social, em articulação com a revisão do Plano Municipal de Redução de Risco, e atualizaremos os marcos legais municipais.

A política de abrigo para famílias em situação de risco geológico ou de risco estrutural das moradias será reformulada, e as ações da Defesa Civil serão fortalecidas.

Gestão Urbana, Infraestrutura e Mobilidade + Territórios e a Inserção Metropolitana

Vitória, uma cidade em profunda transformação, irá passar nos próximos anos por profundas mudanças que repercutem na conformação urbana, na vida cotidiana de seus cidadãos e no papel dos entes públicos, principalmente na maior relevância do município na gestão, infraestrutura e mobilidade urbanas e, também, na indução, estímulo e controle das atividades produtivas.

Essas transformações estão a exigir novas estratégias de planejamento urbano, ordenando as atividades de uso do solo articuladas com o sistema de transportes e de circulação, que estão sendo fortemente impactadas pelos fatores econômicos (aumento de renda e consumo, diversidade de atividades de comércio e serviços), sociais (perfil educacional e de emprego, composição de classes e inserção política), demográficos (reduzida taxa de crescimento populacional, aumento da expectativa de vida, envelhecimento da população com a redução do tamanho e composição das famílias), culturais (novo padrão de gostos, costumes e inserção digital) e físicos (acentuada migração intra-metropolitana, diária e permanente, distribuição geográfica da população, padrão das residências e edificações e espaços públicos).

Somado a esses fatores, existe a descentralização econômico-espacial na Região Metropolitana da Grande Vitória, que colabora para que ocorra a realocação das atividades de comércio e serviços para outras partes, em um processo de ocupação das áreas periféricas, aumentando a necessidade e complexidade dos deslocamentos da população, tornando os sistemas de transportes e, conseqüentemente, a mobilidade urbana em uma importante variável necessária para a qualidade de vida da cidade.

Nessa conjuntura, a Cidade de Vitória torna-se um campo das lutas políticas e sociais, onde se exige da Municipalidade compreender e intervir em um espaço urbano fortemente marcado por restrições geográficas e inscrições históricas, no qual o Município deverá buscar ampliar o seu papel constitucional de gestor e produtor do território urbano, otimizando a utilização do seu escasso espaço viário urbano, reduzindo impactos ambientais, promovendo formas alternativas de deslocamento e garantindo melhor qualidade de vida.

Nosso objetivo é a elaboração de uma proposta que aponte os caminhos para a construção da cidade que queremos, uma cidade que respeite e garanta o direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, à saúde, à educação, à cultura, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presente e futura gerações. Para tanto, é necessário que os governos estejam comprometidos com uma política urbana articulada, com estratégias de inclusão social e de justiça ambiental, local, regional, estadual e nacional.

Mobilidade Urbana

É consenso que um dos maiores desafios de Vitória está relacionado à Mobilidade Urbana. As propostas estão colocadas, porém as soluções devem considerar as especificidades de nosso município: do ponto de vista físico, trata-se de um espaço urbano consolidado, com vias estreitas e enclausuradas por maciços rochosos e, apesar de ser a capital do Estado e cidade central da região metropolitana para onde convergem parte significativas das atividades econômicas, Vitória é a cidade que possui o menor território entre os que fazem parte da Região Metropolitana da Grande Vitória.

É frente a esse quadro e a essas características que devemos adotar as melhores soluções para a Mobilidade Urbana, soluções que sejam capazes de buscar a promoção da mobilidade sustentável, reconhecendo a interdependência entre os transportes, a saúde, o ambiente e o direito à cidade. Para atingir esse objetivo, devemos construir políticas públicas de mobilidade urbana, com gestão democrática e participação social, de modo articulado do planejamento urbano e transportes. Devemos trabalhar para garantir a eficiência e segurança do sistema de forma a incentivar o uso de sistemas de transporte coletivo em detrimento dos sistemas individuais, sabendo que isso somente ocorrerá se o sistema coletivo atingir um padrão mínimo de qualidade e confiabilidade.

Devemos aprofundar as políticas e intervenções que ampliem e garantam a sua acessibilidade universal e permitam a utilização segura e, com o mínimo de obstáculos por parte de meios não motorizados, entre outros, o que significa criar, ampliar e qualificar o uso de espaços públicos para pessoas com deficiência, ciclistas, pedestres.

Acelerar a transição para veículos (coletivos e individuais) menos poluentes, adotando uma política municipal de mudança da matriz energética dos transportes públicos, visando o aumento da eficiência energética e a minimização dos seus impactos - deve ser outra preocupação central. Trata-se de uma mudança que colabora não só com a sustentabilidade ambiental (redução da poluição do ar, redução do consumo de fontes não renováveis de energia, redução no consumo de matérias primas, entre outros), mas que busca melhorar a saúde e a qualidade de vida objetiva das pessoas.

Aprimorar o sistema de Controle de Tráfego e Gerência de Operações Viárias é outra necessidade do sistema de mobilidade urbana. Isso implica em aprimorar e qualificar os atuais instrumentos de planejamento e operação do transporte e trânsito, utilizando novas tecnologias para controle de tráfego urbano, implantar projetos de ajustes na infraestrutura (geometria viária) na sinalização viária urbana horizontal, vertical e semaforica e qualificar a fiscalização e orientação, sempre com o objetivo de garantir a segurança das pessoas e uma maior fluidez na circulação de todos os usuários, motorizados ou não.

No Brasil, a imprudência é um dos maiores fatores de acidentes de trânsito e de mortalidade, os números são assustadores. E, para combater essa triste realidade, devemos investir em campanhas educativas e formativas, não só para usuários de veículos motorizados, mas para todos e todas as pessoas, sem distinção de faixa etária, formando não só os atuais usuários mas educando os futuros usuários.

Desenvolvimento e (Re)Qualificação Urbana

Vitória é uma cidade cuja ocupação urbana possui um grau elevado de consolidação, e isso significa que uma parcela significativa de seu território já se encontra urbanizado e ocupado. Praticamente inexistem áreas livres para expansão urbana e mesmo para novas edificações. Isso colabora com a elevação do preço da terra urbana, o que promove sua verticalização e dificulta a implantação de novas edificações e intervenções públicas ou privadas.

Isso implica que, ao pensarmos nas intervenções urbanas, priorizaremos a requalificação dos espaços e edificações públicas e privadas já existentes, seja no aprofundamento de projetos, como o de Programa de Revitalização do Centro, ampliando-o também para os centros de bairro, investindo na transformação, readequação, recuperação de edificações (inclusive patrimônio histórico) e espaços públicos já existentes, ampliando projetos como Morar no Centro, que tem como um de seus objetivos a recuperação e requalificação de edificações para uso habitacional de interesse social, entre outras iniciativas.

Devemos manter e ampliar o processo de Regularização Fundiária, de assentamentos informais, em áreas subnormais de áreas urbanas, associando as políticas de desenvolvimento socioambiental, urbano e habitacional.

Na acessibilidade, os desafios postos são os da execução de intervenções viárias e de circulação estruturantes, cuja concretização dependem de parcerias com os Governos Estadual e Federal, inclusive pela centralidade de Vitória na Região Metropolitana e as pequenas, mas não menos importantes, com intervenções de ampliação e interligação de pequenos trechos de vias de circulação de veículos, pedestres e bicicletas, melhoria e execução de rampas e escadarias, articuladas com as políticas de Mobilidade Urbana.

A transformação das cidades atuais em cidades sustentáveis demanda, necessariamente, um processo democrático que indique, de forma legítima, a cidade que os cidadãos desejam. Isso passa por articular a formulação e aplicação das políticas urbanas - Estatuto das Cidades, Código de Obras, Plano Diretor, entre outros instrumentos - com processos de gestão democrática e espaços de participação dos Conselhos e Conferências, possibilitando a criação de acordos aceitos por todos e adotados como um compromisso coletivo com um futuro, em harmonia com o ambiente e com as condições necessárias para uma vida digna e saudável.

Infraestruturas urbanas

As propostas para as infraestruturas urbanas, entendidas aqui como ações de infraestrutura em saneamento, abastecimento de água, drenagem, coleta, afastamento e tratamento de esgoto, coleta e destinação de resíduos (lixo), iluminação pública, prevenção de riscos, entre outras, estarão articuladas com as demais políticas de desenvolvimento urbano, socioeconômico e ambiental, objetivando contribuir com o desenvolvimento sustentável:

No saneamento, devemos atuar com o conceito de Saneamento Integrado, que prevê a implantação de ações que contemplem, simultaneamente, mais de uma modalidade de saneamento básico, em uma mesma localidade. As intervenções deverão, portanto, prever investimentos necessários para assegurar que a área de intervenção contará, ao fim de sua execução, com serviços básicos de abastecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto, drenagem, iluminação pública, destinação final de resíduos sólidos e com riscos ambientais devidamente controlados ou mitigados.

Em especial, nas áreas de interesse social, trata-se de articular a implantação dessa infraestrutura com as políticas habitacionais, bem como outras políticas de desenvolvimento.

Em Vitória, a prevenção de riscos ambientais merece uma atenção especial. Sua geografia e ocupação humana tornam necessária a atenção especial com as áreas de encostas (morros) e nas áreas planas. As primeiras, sujeitas a desabamentos, escorregamentos e deslizamentos; as planas, sujeitas a enchentes e inundações. Em ambas as áreas, mesmo com os enormes avanços dos últimos anos, deve-se manter um monitoramento e acompanhamento constante. Devemos efetuar a revisão do Plano Municipal de Redução de Risco, priorizando a implementação das ações em conformidade com a caracterização do grau de risco e continuar real e realizar uma avaliação do Plano Municipal de Drenagem Urbana, com a implantação, a ampliação e a melhoria dos sistemas de drenagem urbana e de manejo de águas pluviais.

A Gestão Urbana e a Inserção Metropolitana

Diferente de outras regiões metropolitanas, a da Grande Vitória possui uma peculiaridade: sua cidade central, Vitória não é a maior em território e população, porém concentra uma parte significativa das atividades econômicas e institucionais, não só da Região Metropolitana como do próprio Estado. Há, entre as cidades da Grande Vitória, uma integração real, que está posta pela dinâmica socioeconômica.

Esse quadro reforça a necessidade de articular políticas públicas que integrem projetos, ações e intervenções onde haja uma cooperação intergovernamental e entre os poderes públicos, de forma equípote e simétrica, e as entidades de representação da sociedade; constituição de um sistema de planejamento

Programa de Governo Vitória 2013-2016

Prefeita: Iriny Lopes

Vice: Juarez

Coligação: Mais Vitória Pra Você

territorial e gestão urbana interfederativa, focado no desenvolvimento urbano integrado, especialmente em áreas como circulação e mobilidade, resíduos sólidos e meio ambiente.

Devemos articular com os demais municípios integrantes da Região Metropolitana da Grande Vitória a elaboração e implementação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região, potencializando sinergias, de forma articulada e que sejam positivas para o conjunto das cidades.

Devemos combinar e articular esforços para a captação de recursos para projetos de interesse metropolitano: portos, aeroportos, sistema viário, entre outros, mas também para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Manutenção Urbana

Cidades cujos espaços urbanos são consolidados e adensados exigem, cada vez mais, uma atenção especial com a Manutenção Urbana. O uso intensivo do espaço público, das vias, calçadas e praças, de seu mobiliário urbano, bancos, abrigos de ônibus, coletores de lixo, brinquedos infantis, o desgaste inerente dos materiais, a iluminação pública, a preservação de manutenção de áreas verdes e jardins públicos, entre outros, tudo aponta para a necessidade de buscar atingir a excelência na prestação de serviços de manutenção urbana. O que significa o estabelecimento claro de indicadores de qualidade e de desempenho, que sejam perseguidos pelas equipes de manutenção na execução dos trabalhos.

Na prática, tem a ver não apenas com o cumprimento de prazos para a realização das tarefas, mas também com a qualidade dos serviços executados, o que elevará a necessidade de treinamento e qualificação profissional, tanto das equipes de administração direta, quanto daqueles voltados ao gerenciamento de serviços terceirizados.

Em especial, com relação ao paisagismo, sua implantação pressupõe uma série de elementos de natureza urbanística e social, que transcende o simples aspecto do embelezamento da cidade. Trata-se de uma política mais ampla, com conteúdos pragmáticos e simbólicos, que resgatem o paisagismo urbano como valor, e não somente como moldura dos projetos urbanísticos.

Execução de Obras

Com relação às obras e suas interferências no cotidiano da cidade, é necessário minimizar os seus impactos negativos durante sua execução.

Será necessário empreender um esforço muito grande na mudança da cultura interna dos "executores das obras", tanto no setor público quanto entre os empreiteiros privados. A cultura dominante tende a colocar os gastos relativos à

segurança de obras, adequação e convívio harmônico com o entorno, no campo dos gastos supérfluos.

Ao poder público caberá fazer as exigências para que suas intervenções tenham uma qualidade diferenciada nesse quesito, sem onerar, em demasia, os seus custos.

A questão da segurança, que é correlata a essa e atinge, principalmente, as obras viárias, é outra que exige forte intervenção do gestor. O novo modelo que pretendemos ver implantado tratará com especial preocupação essa questão buscando respeitar os usuários (sejam eles eventuais ou permanentes). Para tanto, será necessário incorporar exigências desse nível tanto nas novas contratações de obras quanto nos contratos de gerenciamento e fiscalização para as mesmas.

É necessário aumentar o grau de informação e controle social sobre as obras e serviços públicos previstos e correntes. Contratação de uma obra pública e a sua fiscalização são considerados ainda assuntos para “iniciados”. O desafio que nos impomos é o de criar espaços mais amplos de permeabilidade, em que a comunidade interessada possa, de fato, participar e acompanhar o processo.

Meio Ambiente, os Bens Naturais Comuns

O planejamento das cidades no Brasil é prerrogativa constitucional da gestão municipal, que responde, inclusive, pela delimitação oficial da zona urbana, rural e demais territórios para onde são direcionados os instrumentos de planejamento ambiental.

No âmbito do meio ambiente urbano, os principais instrumentos de planejamento ambiental são o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), o Plano Diretor Municipal, o Plano de Bacia Hidrográfica, o Plano Ambiental Municipal, a Agenda 21 Local, e o Plano de Gestão Integrada da Orla. No entanto, todos os planos setoriais ligados à qualidade de vida no processo de urbanização, como saneamento básico, moradia, transporte e mobilidade, também se constituem instrumentos de planejamento ambiental.

O fundamental é que esses instrumentos sejam compostos por ações preventivas e normativas que permitam controlar os impactos territoriais negativos dos investimentos público-privados sobre os recursos naturais componentes das cidades. Com isso, almeja-se evitar a subutilização dos espaços já infraestruturados e a degradação urbana e imprimir uma maior eficiência das dinâmicas socioambientais de conservação do patrimônio ambiental urbano.

A política, com relação aos chamados Bens Naturais Comuns, pensada sobre a perspectiva da sustentabilidade, deve perpassar o conjunto de outras propostas, mas também exige uma política específica de meio ambiente, no sentido de

Programa de Governo Vitória 2013-2016

Prefeita: Iriny Lopes

Vice: Juarez

Coligação: Mais Vitória Pra Você

assumirmos plenamente as responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equilibrado aos bens naturais comuns.

Nesse sentido, devemos atualizar os marcos legais ambientais municipais, em especial o Zoneamento Ecológico Econômico da APA do Maciço Central com envolvimento da cidade; reformular o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), aumentando o seu grau de representatividade e agilidade quanto à adequação política do processo de discussão dos temas ambientais, tendo sempre por objetivo a busca da paridade no Conselho e a representação justa dos setores interessados e, conseqüentemente, melhorando o grau de governança das questões ambientais no município.

Além disso, fortalecer as ações de fiscalização, buscando a integração de todas as suas ações.

Incorporar critérios de sustentabilidade nas compras públicas e incentivar, em conjunto com área urbana e de edificações públicas e privadas, alternativas construtivas sustentáveis, desde a concepção do projeto, na sua construção e no seu uso, bem como atuar para a redução do consumo de energia não renovável, para aumentar o uso de energias renováveis.

Fortalecer e aprimorar os processos de Educação Ambiental, entendida como um componente permanente da educação nacional, que deve estar presente de modo articulado, complementar e transversal em todos os níveis e modalidades de ensino, buscando desenvolver *“processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”*.

Com relação aos resíduos sólidos, devemos ampliar a coleta seletiva e aprimorar as formas de processamento e revalorização dos materiais, articulando ações na Região Metropolitana.

Proteger, regenerar e aumentar a biodiversidade, reflorestar e enriquecer as áreas de encosta do morros da cidade, apoiando a remoção de famílias pelos programas da Prefeitura, ampliar as áreas naturais protegidas, espaços verdes urbanos e parques, bem como implementar as que forem criadas.

Na Gestão de Recursos Hídricos, devemos ampliar as ações proativas na proteção de recurso hídricos, uso racional dos recursos hídricos, bem como incentivar o (re) uso racional da água.

Implantar o monitoramento e gestão de área marítima e costeira.

Desenvolver ações para melhorar substancialmente a qualidade do ar (pó preto), segundo os padrões da Organização Mundial da Saúde (OMS-ONU), através do

Programa de Governo Vitória 2013-2016

Prefeita: Iriny Lopes

Vice: Juarez

Coligação: Mais Vitória Pra Você

monitoramento do ar, e apoio aos estudos científicos, para definir parâmetros de monitoramento e articulá-los com os indicadores epidemiológicos de saúde.